doi.org/10.51891/rease.v10i12.17723

EDUCAÇÃO INCLUSIVA E A SALA DE AULA: UMA PESQUISA DE CAMPO COM PROFESSORES DE UMA ESCOLA LOCALIZADA EM FEIRA DE SANTANA-BA

INCLUSIVE EDUCATION AND THE CLASSROOM: A FIELD RESEARCH WITH TEACHERS FROM A SCHOOL LOCATED IN FEIRA DE SANTANA-BA

EDUCACIÓN INCLUSIVA Y AULA: UNA INVESTIGACIÓN DE CAMPO CON PROFESORES DE UNA ESCUELA UBICADA EN FEIRA DE SANTANA-BA

Marlucia Silva Ferreira Leite[1]
Débora Araújo Leal[2]

RESUMO: A educação inclusiva é fundamental para o desenvolvimento da identidade do aluno, quando vem acompanhada de atenção, e da autonomia da criança. A aplicabilidade da educação para a criação de um espaço harmonioso em sala de aula, permite o desenvolvimento de um pensamento artístico, que sensibiliza o aluno a expressar-se por meio de sua criatividade, habilidades, ampliando assim, sua sensibilidade, reflexão, liberdade e imaginação. Desse modo se tem como objetivo geral "Analisar como os professores reconhecem as emoções faciais, os gestos, a forma como se comportam ao falar, a forma de se dirigir aos alunos com deficiência". A metodologia de cunho bibliográfico e qualitativo apresenta uma pesquisa de campo como parte do trabalho, no intuito de descrever a complexidade dos alunos com deficiência seja física ou intelectual, fornecendo uma análise mais detalhada sobre hábitos e atitudes em relação ao comportamento destes estudantes. Conclui-se que o uso da linguagem adequada ao contexto, o uso dos movimentos corporais, a organização hierárquica, as características de cada papel, adquirem e desenvolvem cognição, comunicação e interação social.

Palavras-chaves: Educação inclusiva. Estratégias. Linguagem.

ABSTRACT: Inclusive education is essential for the development of a student's identity, when accompanied by attention and autonomy. The applicability of education to create a harmonious space in the classroom allows the development of artistic thinking, which encourages students to express themselves through their creativity and skills, thus expanding their sensitivity, reflection, freedom and imagination. Thus, the general objective is to "Analyze how teachers recognize facial emotions, gestures, the way they behave when speaking, and the way they address students with disabilities". The bibliographic and qualitative methodology presents field research as part of the work, with the aim of describing the complexity of students with physical or intellectual disabilities, providing a more detailed analysis of habits and attitudes regarding the behavior of these students. It is concluded that the use of language appropriate to the context, the use of body movements, hierarchical organization, and the characteristics of each role, acquire and develop cognition, communication and social interaction.

Keywords: Inclusive education. Strategies. Language.

[1]Mestra em Ciências da Educação pela Educaler College - USA; Professora da Rede Estadual de Ensino da Bahia_ BA.
[2]Pós - Doutora pelo Instituto Universitário Italiano de Rosário IUNIR-AR, Coordenadora Pedagógica da Rede Municipal de Ensino de Feira de Santana – BA, Reitora da Educaler University – USA.

RESUMEN: La educación inclusiva es fundamental para el desarrollo de la identidad del estudiante, cuando va acompañada de atención y autonomía del niño. La aplicabilidad de la educación para crear un espacio armonioso en el aula permite el desarrollo del pensamiento artístico, que sensibiliza al estudiante a expresarse a través de su creatividad y habilidades, ampliando así su sensibilidad, reflexión, libertad e imaginación. Así, el objetivo general es "Analizar cómo los docentes reconocen las emociones faciales, los gestos, la forma en que se comportan al hablar, la forma en que se dirigen a los estudiantes con discapacidad". La metodología bibliográfica y cualitativa presenta como parte del trabajo una investigación de campo, con el objetivo de describir la complejidad de los estudiantes con discapacidad, ya sea física o intelectual, brindando un análisis más detallado de los hábitos y actitudes en relación al comportamiento de estos estudiantes. Se concluye que el uso del lenguaje adecuado al contexto, el uso de los movimientos corporales, la organización jerárquica, las características de cada rol, adquieren y desarrollan la cognición, la comunicación y la interacción social.

Palabras-claves: Educación inclusiva. Estrategias. Idioma.

INTRODUÇÃO

A educação inclusiva pode ser interpretada como um fenômeno social complexo, em decorrência de ações que são constituídas por inúmeras instituições, entre elas o governo, as instituições formadoras de educadores, as escolas, as pessoas com deficiência e suas famílias.

Já a educação especial é importante para todos os alunos, não apenas para aqueles com deficiência. Cria um local onde as diferenças são respeitadas e valorizadas, permitindo que os alunos compartilhem com as tentativas e acertos uns dos outros. Salas de aula inclusivas promovem empatia, compreensão e respeito entre os alunos, preparando-os para viver e trabalhar em uma sociedade diversificada.

A inclusão leva a resultados acadêmicos positivos para alunos com deficiência, bem como a um melhor desenvolvimento social e emocional. Além disso, a educação inclusiva ajuda a quebrar barreiras e estereótipos, propiciando uma compreensão de inclusão e aceitamento.

A inclusão de pessoas com NEE é apoiada por uma estrutura legal e convenções internacionais que enfatizam à educação como direito para todos, sem ter em conta suas habilidades. Muitos países também programaram legislação e políticas específicas para promover a educação inclusiva.

A eficácia dos direitos e leis voltados para a inclusão significa, por um lado, que os direitos operam como nortes para atuação do Estado, e, por outro, servem de indicador

para a aplicação das demais leis da seara jurídica, em outro falar, a possibilidade de interpretar o direito à luz desses fundamentos.

No Brasil, por exemplo, tem havido esforços significativos para desenvolver políticas de educação inclusiva e apoiar os direitos das pessoas com deficiência. Essas estruturas legais e convenções internacionais fornecem uma base para a educação inclusiva e orientam os formuladores de políticas na criação de políticas de educação inclusiva que garantam oportunidades iguais para todos os alunos. Na aprendizagem precisa existir inclusão sendo assim o currículo precisa ser bem estruturado.

O objetivo do currículo é fazer com que todas as experiências trazidas pelo aluno sejam ampliadas e trazidas para a vida acadêmica proporcionando conhecimento para todos os estudantes seja ele com necessidades especiais ou ditas normais. Logo as tarefas do dia a dia podem criar um currículo e em eventualidades, seja os conteúdos que serão ensinados.

Outro aspecto importante da política de educação especial é o fornecimento de apoio individualizado e diferenciação. Isso significa reconhecer e abordar as necessidades únicas de aprendizagem de cada aluno. Os professores devem ser treinados na implementação de estratégias de diferenciação, o que envolve a adaptação de métodos de ensino, materiais e avaliações para atender às diversas necessidades e habilidades dos alunos.

O apoio individualizado também pode envolver o fornecimento de apoio adicional ao aprendizado, como instrução ou terapia especializada, para alunos com deficiências ou dificuldades de aprendizado. Ao fornecer suporte individualizado e diferenciação, as escolas podem oferecer um local de aprendizagem inclusivo onde todos os alunos podem prosperar. A colaboração e parceria entre escolas, famílias e comunidades é outro componente crucial da política de educação inclusiva.

A educação inclusiva reconhece que a responsabilidade pela educação de um aluno se estende além das paredes da sala de aula. As escolas devem envolver ativamente as famílias no processo educacional, buscando sua contribuição e colaboração na tomada de decisões. Se faz necessário o diálogo regular, reuniões de pais e professores e envolvimento das famílias em atividades e eventos escolares. Além disso, as escolas também devem se

envolver com a comunidade em geral para promover a inclusão e criar oportunidades para os alunos interagirem com diversos indivíduos e culturas.

Desse modo se faz a seguinte indagação: Qual o impacto do ensino para alunos que necessitam de educação inclusiva?

Tem-se como objetivo geral "Analisar como os professores reconhecem as emoções faciais, os gestos, a forma como se comportam ao falar, a forma de se dirigir aos alunos com deficiência". Como objetivos específicos procurou-se averiguar como ocorre a formação dos docentes no que diz respeito à inclusão dos alunos com necessidades especiais; verificar alternativas metodológicas de como a ludicidade poderá contribuir no processo de ensino e aprendizagem para alunos com deficiência; entender como acontece o desenvolvimento lúdico e cognitivo das crianças com necessidades especiais na escola pesquisada por meio de um questionário.

Para tanto, utilizou-se uma revisão bibliográfica com o propósito de reunir e sintetizar o conhecimento levantado sobre a temática proposta, uma vez que a produção científica tem aumentado de modo significativo, desencadeando a necessidade de obter estratégias metodológicas que contemplem a síntese das melhores evidências científicas.

A metodologia de caráter bibliográfico e documental cujo método é tipo descritivo fundamentado na abordagem qualitativa e observação adequou-se à análise do objeto de estudo e aos objetivos propostos. Utilizou-se uma pesquisa por meio de questionário, onde usou-se registros por intermédio de escrita e falas dos entrevistados, suas narrativas, prezando sempre pela neutralidade.

O recorte teórico desta revisão literária consistiu-se na parte do estudo que visou o aprofundamento da pesquisa do tema com o propósito de atingir os objetivos finais e mediadores, com a disposição de autores ligados à área para subsidiar o estudo em pauta.

A educação inclusiva é uma área do conhecimento que tem aprimorado a pesquisa de profissionais que anseiam pela aceitação da diversidade humana no espaço escolar. Assim, ao longo do estudo, são apontadas algumas dificuldades reais que impedem a inclusão plena do aluno que apresenta algum tipo de necessidade educacional especial. No entanto, é importante avançar na luta pelos direitos das pessoas com deficiência, bem como na formulação de Políticas Públicas voltadas para a proteção e inclusão social.

Portanto, a inclusão de todas as pessoas no direito à educação exige também autonomia e responsabilidade das escolas e do seu pessoal, autonomia e capacidades para exercê-la, autonomia convertida em transformações internas com propósito e responsabilização e efeitos públicos. Em última análise, a educação inclusiva não implica apenas o direito das pessoas com diferentes origens e capacidades de entrar e permanecer nas escolas, mas também uma reestruturação e mudança das organizações educativas e do sistema como um todo, a fim de responder a todos os alunos.

REFERÊNCIAL TEÓRICO

A Educação Especial é uma modalidade que perpassa todos os níveis, com serviços de suporte que são oferecidos a qualquer pessoa que apresente dificuldades, independente de possuírem ou não um laudo médico. As Políticas Públicas recebem influência dos governos, Banco Mundial e sociedade, mas mesmo assim sempre haverá entraves de acordo com Mantoan (2006, p. 24)

> [...] a resistência das instituições especializadas a mudanças de qualquer tipo; a neutralização do desafio à inclusão, por meio de políticas públicas que impedem que as escolas se mobilizem para rever suas práticas homogeneizadoras, meritocráticas, condutistas, subordinadoras e, em consequência, excludentes; o preconceito, o paternalismo em relação aos grupos socialmente fragilizados, como o das pessoas com deficiência.

Embora haja todas essas interferências e entraves como relata a autora, é verdade que se tem avançado bastante na valorização da diversidade, garantia de direitos e inclusão. Nesse contexto, também deseja-se cada vez mais novas políticas e opções de caminhos educacionais inclusivos.

Nesse sentido a Política Nacional de Educação Especial, na perspectiva da Educação Inclusiva instituída em 2008 pelo Ministério da Educação (MEC), enfatiza a garantia dos direitos das pessoas com deficiência à matrícula inclusiva, institui o Atendimento Educacional Especializado (AEE) e estabelece a formação dos professores de forma contínua.

A política de inclusão escolar, de acordo com a Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência (ONU, 2006), ratificada pelo Brasil por meio dos Decretos nº 186 de 2008 e nº 6.949, de 2009, está amparada no princípio de que a educação inclusiva é uma questão de direitos humanos (Brasil, 2009).

Para atender a esse orçamento, a Política Nacional da Educação Especial, na

perspectiva da educação inclusiva (Brasil, 2008b), define a educação especial como modalidade transversal de ensino a todos os níveis, etapas e modalidades, realizadas de forma complementar ou suplementar à escolaridade de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculado em turmas comuns do ensino regular.

> A educação especial se organizou tradicionalmente como atendimento educacional especializado substitutivo ao ensino comum, evidenciando diferentes compreensões, terminologias e modalidades que levaram à criação de instituições especializadas, escolas especiais e classes especiais. Essa organização, fundamentada no conceito de normalidade/anormalidade, determina formas de atendimento clínico-terapêuticos fortemente ancorados nos testes psicométricos que, por meio de diagnósticos, definem as práticas escolares para os estudantes com deficiência. (Brasil, 2008, p. 02).

Dentro dessas discussões, debates e controvérsias, a avaliação diagnóstica adquire uma importância substancial. A avaliação diagnóstica é aquela que deve orientar as ações de agentes psicoeducacionais e instituições escolares. Há uma crença de que certas estratégias de avaliação, por exemplo, as psicométricas, as chamadas medidas de inteligência, darão pistas sobre o que fazer na escola. Essa concepção errônea mostra-se privilegiada sobre as estratégias didático-pedagógicas específicas da escola.

Da mesma forma, os diagnósticos das chamadas patologias ou síndromes, não dão conta das possibilidades e peculiaridades do aprendizado. É por isso que quem se torna os arquitetos do plano de ação cotidiano em sala de aula são os próprios professores, que podem indicar quais são as possibilidades de apoio necessárias para trabalhar pedagogicamente com cada aluno.

> A opinião do professor é um fator influenciador no diagnóstico médico, visto que, não havendo a disponibilidade de exames que possam certificar o transtorno, os profissionais avaliam a criança por intermédio de questionários que são aplicados no âmbito clínico, durante a consulta médica e/ou psicológica levando em consideração as verbalizações da família e as reações momentâneas da criança (Colombani; Martins; Shimizu, 2014, p.197)

No contexto brasileiro pode-se dizer que os últimos 50 anos, produziram mudanças que dependendo da perspectiva de análise, parecem evocar grandes rupturas com as práticas instituídas, ou mostram que, apesar de mudanças superficiais, o que existe é a continuidade de usuais formas de conceber a pessoa com deficiência e propor, para esses sujeitos, trajetórias educacionais essencialmente iguais às oferecidas em décadas anteriores. Essa polarização é facilmente reconhecida quando se analisa a literatura especializada em educação especial no Brasil.

Vale esclarecer que o Atendimento Educacional Especializado é uma das principais políticas de acessibilidade dentro das escolas, prevê na sua ação a derrubada de barreiras, promovendo o acesso do aluno a recursos, estratégias e metodologias que possibilitam uma participação efetiva nas atividades realizadas.

É sabido que não basta estar em sala de aula, para pertencer a escola é necessário também participar e aprender. É necessário incentivar e promover a autonomia e independência no cotidiano da escola, possibilitando espaços de interação dos alunos com deficiência com todos os colegas, tendo na diferença o fortalecimento do respeito, com ações pedagógicas que estimulem os alunos, promovendo dessa forma a superação das possíveis barreiras encontradas no contexto escolar. Sendo assim, o serviço de AEE, funcionará de forma articulada aos demais serviços existentes dentro da escola, começando pelo diálogo com os professores do aluno e profissionais de apoio como os cuidadores e professores auxiliares (Pinheiro; Miguel, 2020).

Este profissional especializado é um grande construtor de pontes, que media as relações entre a escola e as famílias, promovendo espaços de escuta aos pais, de trocas de informações, de estreitamento nas relações interpessoais, como a chegada da pandemia, assim como os demais serviços.

O serviço de AEE possui enfoque pedagógico, é realizado na Sala de Recursos Multifuncionais e nos demais espaços da escola, os atendimentos em sala de recursos é desenvolvido no turno inverso ao da sala de aula comum. O professor especializado responsável pelo atendimento poderá acompanhar os alunos no mesmo turno, quando necessário, observando o mesmo em contextos diferenciados, a fim de elaborar estratégias adequadas às necessidades específicas apresentadas pelos alunos com deficiência, ou altas habilidades/Superdotação (Pinheiro; Miguel, 2020).

As salas de recursos são espaços organizados, dotados de equipamentos, recursos de acessibilidade e recursos pedagógicos. As escolas que ainda não possuem sala de recurso com a promoção do serviço de AEE poderão ter seus alunos público alvo da educação especial atendidos pelas escolas pólos, onde o atendimento é ofertado. As salas não possuem um tamanho padrão, sendo que a organização da sala é de responsabilidade do professor especializado com o apoio da coordenação pedagógica da escola (Esteban, 2010).

> O atendimento educacional especializado trabalha com descrições detalhadas de situações, eventos, pessoas e comportamentos que são observáveis, incorporando

> a voz dos participantes, suas experiências, atitudes, crenças, pensamentos e reflexões, tal e qual são expressas por eles mesmos (Esteban, 2010, p.125).

Portanto, é necessário se estar enquanto educadores, sempre despojados de preconceitos e abertos para acolher a todos, sempre buscando estar centrados nas potencialidades dos alunos.

A Educação Especial na perspectiva da Educação inclusiva conforme Cunha (2013), tem como paradigma a concepção de que toda a pessoa é capaz de aprender, independente das dificuldades e barreiras impostas. As práticas pedagógicas adotadas pelas escolas devem olhar as habilidades dos alunos, mapear as dificuldades para promover recursos e estratégias que possibilitem a todos o acesso à aprendizagem.

No AEE é fundamental conhecer o contexto do aluno, avaliar as questões pedagógicas, de comunicação, comportamento, linguagem e demais habilidades, identificando quais são suas áreas de potencialidade, quais recursos adaptados serão necessários e quais serão as estratégias mais adequadas ao seu desenvolvimento. Além disso, o professor deve saber distinguir o aluno com Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), autismo, comportamentos estranhos, isolamento, crise de ansiedade e choro, dentre outros.

A Educação Inclusiva é uma abordagem pedagógica que visa proporcionar equidade oportunidade de educação para todos os alunos, independentemente de suas habilidades ou deficiências. É um modelo de ensino contemporâneo que combina elementos do ensino regular com o ensino especial, tendo como principal objetivo valorizar a heterogeneidade dos alunos e favorecer o equilíbrio de momento oportuno (Cunha, 2013).

A educação inclusiva vai além da simples integração de alunos com necessidades especiais em escolas regulares; ele adota uma abordagem humanística que reconhece os pontos fortes e os desafios únicos de cada aluno. A finalidade da educação inclusiva é permitir de forma igualitária de chances e oportunidades dentro do sistema educacional, essa abordagem não apenas beneficia os alunos com deficiência.

METODOLOGIA

A metodologia da pesquisa foi uma pesquisa de campo aplicada do tipo descritiva, explicativa com abordagem qualitativa por meio de estudos, reflexões, comparações,

diálogos e leituras de autores para o embasamento teórico, que abordam o tema, pesquisas bibliográficas, leitura de produções de autores que defendem a educação inclusiva no processo ensino-aprendizagem de qualidade, com políticas de ação voltadas para intervenção, avaliação, mobilização, valorização, acompanhamento e suporte.

Para a obtenção dos referidos elementos, utilizou-se a abordagem etnográfica, na qual se empregou como instrumentos de coleta, o questionário, o qual, alinhado ao próprio conceito do procedimento, não buscou comprovar teorias, mas sim, descrever situações, revelar seus múltiplos significados e deixar com que o leitor delibere sobre a interpretação.

Sobre os questionários é preciso esclarecer que este pode ser considerado, na compreensão de Marconi e Lakatos (2002, p 65) "um instrumento de coleta de dados constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito".

A amostra foi composta por 10 (dez) professores com idade entre 25 e 55 anos, sendo 08 (oito) do sexo feminino e 02 (dois) do sexo masculino, os mesmo são graduados, pós-graduados e têm especialização e mestrado, com professores da uma escola estadual localizada no município de Feira de Santana-Ba.

A coleta de dados ocorreu após o processo de pesquisa bibliográfica com o recolhimento de dados por intermédio de um questionário com 07 (sete) perguntas abertas. O período de pesquisa compreendeu os meses de maio a junho de 2024.

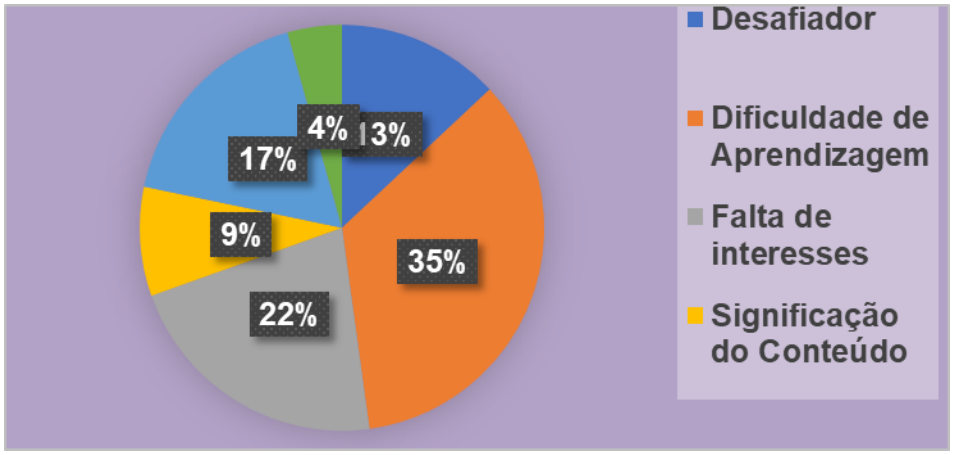
Houve conversas e observações, anotações sobre o acompanhamento pedagógico na escola, como é a resolução de problemas existentes no ambiente escolar e fora dele, também a resolução de possíveis conflitos dentro da escola entre alunos com necessidades especiais, para depois poder confrontar junto com as informações obtidas de que os teóricos dizem e defendem para descobrir o foco da gestão daquela escola. O objetivo do questionário é descobrir por meio do mesmo a opinião dos entrevistados sobre o tema no processo de ensino-aprendizagem com qualidade e significativa.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Mediante a fala dos entrevistados a dificuldade de aprendizagem prevalece na escola, tendo um prcentual de 35%. Dentre as outras deficiências, se encontram a falta de interesse, recursos materiais 17%, fatores familiares 4%. Também 13% dos entrevistados

relataram que as séries iniciais é desafiadora e 9% consideram a siginificação do conteúdo e 22% revelam a falta de interesse.

Gráfico 1: Quais as deficiências encontradas nas práticas pedagógicas em sala de aula?



Fonte: Dados da pesquisadora, 2024.

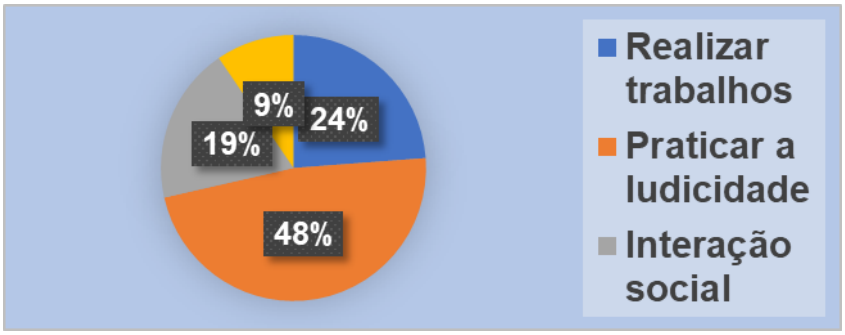
Para Soares (2020), a escola tem o poder de transformar a vida do aluno e de ajudá-lo a encontrar os caminhos para uma vida digna e cidadã. Mas, para que o educando sinta prazer no ato de aprender, é necessário que o professor sinta também prazer no ato de ensinar.

A sala de aula é o lugar onde a criança encontra os meios de se preparar para realizar seus projetos de vida, encontra os caminhos para uma vida digna e cidadã e ter a condição necessária tanto para a sua formação intelectual quanto para a sua formação moral e social.

As práticas pedagógicas adequadas exercem funções importantes no desenvolvimento acadêmico e social dos alunos com deficiência e necessidades especiais ao criar atividades e materiais pedagógicos adaptados às suas necessidades (Dambrós, 2018).

Uma parceria efetiva entre a família e a escola é primordial para acolhimento de crianças com necessidades especiais. A colaboração mútua pode resultar em uma melhor compreensão das necessidades específicas dos alunos, permitindo que os educadores ajustem as práticas pedagógicas de acordo com as orientações e conhecimentos da família. Para Cunha (2018) a família e a escola precisam estar envolvidas no processo educacional e estar atentos a realidade do aluno garantindo assim o aprendizado.

Gráfico 2: Aponte as boas práticas que você usa em alunos com NEE em sala de aula.



Fonte: Dados da pesquisadora, 2024.

Os professores relataram 48%, que praticam a ludicidade nas aulas, além de atividades em grupos, pois os grupos de crianças com NEE que são sempre heterogêneos quanto à ciência e sabedoria já adquirida, nas inúmeras áreas uma criança mais desenvolvida num apurado assunto, pode contribuir para o desenvolvimento das outras. Assim como o adulto, uma criança também pode funcionar como mediadora entre uma e outra criança e às ações e significados estabelecidos, como relevantes no interior da cultura.

Na instituição pesquisada trabalham muitos profissionais e cada um deles tem suas atribuições e que as desempenham para a educação e desenvolvimento da criança. A principal função em sala de aula é cuidar e educar de forma indissociável. Dessa forma, o cotidiano escolar se mostra diversificado em sua prática. Atividades, interação social como responderam 19% dos professores fazem parte do dia-dia, 9% disseram que praticam atividades em grupo e 24% realizam trabalhos dependendo da teoria educacional em que se apoia, com objetivos que procuram ajudar na formação de alunos com necessidades especiais.

Na visão de Piaget (1998), numa expressão mais ampla o que importa na atividade lúdica para a criança, é o movimento vivido por ela, que deve lhe proporcionar o contato com a fantasia pelo faz de conta, pela imaginação e pela satisfação do brincar, pois o educando precisa de interações lúdicas para seu crescimento e desenvolvimento emocional, onde a criança caminha na direção do aprendizado de forma autônoma, livre e segura.

Crianças com NEE muitas vezes têm dificuldades para se comunicar e interagir socialmente, o que pode comprometer o seu desempenho acadêmico e seu desenvolvimento socioemocional. Uma das maneiras mais efetivas de estimular a aprendizagem nesses casos é por meio de atividades lúdicas, que são uma excelente

ferramenta para envolver, motivar e promover o desenvolvimento de habilidades cognitivas e socioemocionais.

O lúdico na educação é uma ferramenta poderosa que pode ajudar a tornar o processo educativo mais interessante e significativo para os estudantes de todas as idades. Brincar e interagir com jogos e atividades lúdicas proporciona muitos benefícios para o desenvolvimento cognitivo, social, emocional e criativo dos alunos.

É desafiador trabalhar com crianças e jovens com NEE, é um constante aprendizado e necessita de dedicação, atenção porque acontecem muitos imprevistos e cada momento é único (Almeida, 2014). Neste contexto, o uso de atividades lúdicas na educação é um fator imprescindível no processo de aprendizagem mais envolvente e motivador para os estudantes. Por meio de brincadeiras, jogos e outras atividades recreativas, os alunos podem desenvolver habilidades socioemocionais, cognitivas e até físicas.

Notou-se que entre os déficits de atenção, a combinação com a hiperatividade é o caso mais importante. É comum distinguir entre transtorno de déficit de atenção (DDA) e transtorno de déficit de atenção e hiperatividade (TDAH). Pode muito bem ser que a forma hiperativa esteja mais comumente associada a uma disfunção sutil do córtex orbitofrontal e suas vias (Estrella, 2018).

A percepção refere-se à entrada de dados de informação, e a presença atual desses dados é necessária por meio dos sentidos ou canais de entrada, fundamentalmente audição e visão. Difere da sensação porque esta nada mais é do que a estimulação física dos sentidos.

Por outro lado, a percepção capta esses estímulos de forma global, com certo nível de estrutura, ordem e significado. A percepção não pode ser reduzida a um acúmulo indefinido de estímulos sensoriais formados com elementos desconexos e sem relação dinâmica de qualquer espécie.

Seguir o contato com a realidade oferece enormes quantidades de informações. A tarefa perceptual consiste em isolar de alguma forma uma pequena parte dessa informação, selecionando os seus aspectos e características diferenciadoras, de modo que permita discriminar alguns objetos de outros, alguns fatos de outros. Estes conjuntos de propriedades e relações serão os invariantes que permitirão reconhecer estas realidades mesmo misturadas com outros aspectos ou informações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constatou-se que a escola deve realizar um exame ou estudo completo e periódico de todos os alunos com problemas emocionais, cognitivos e comportamentais, para fazer um diagnóstico precoce e estabelecer intervenções e intensivas que evitem a evolução desfavorável da criança não tratada.

É também da responsabilidade da escola criar as melhores condições para o desenvolvimento educativo destas crianças. A NEE não deve ser usada como desculpa para "não fazer", mas pelo contrário, é motivo para "fazer algo" positivo, e essas crianças com necessidades educacionais especiais devem ser consideradas e feitas adaptações específicas para cada caso.

Os estudos mostram que a gestão mais eficaz dos comportamentos inadequados na escola é a elevada qualidade pedagógica por meio de métodos que garantam conhecimentos e competências do professor e um programa educativo de qualidade, dinâmico e ajustado às características da criança com NEE e um aluno-professor adequado.

Observou-se que os programas destinados à formação de professores são geralmente programas multimodais, onde é coletado um conjunto de técnicas de ação retiradas de outros programas. Não se trata tanto de técnicas específicas para professores, mas de adaptações de técnicas cognitivo-comportamentais adaptadas aos contextos escolares.

É fundamental trabalhar as atribuições dos professores para com estas crianças e para isso, a informação e a formação são de vital importância para mudar a forma como abordam estas crianças. A chave é promover a conscientização sobre a NEE aos funcionários da escola.

Impedir confrontos, antecipando-se aos problemas para evitá-los, dando-lhe a oportunidade de expressar seu ponto de vista sobre o problema antes de provar que está errado. Baseie o ensino tanto quanto possível em experiências concretas, experimentação ativa, aplicações práticas, em oposição a teorias complexas ou generalizações.

Conclui-se que a pesquisa abordou discussões atuais, onde se observou que é essencial olhar para as necessidades educacionais de alunos com deficiência e estabelecimentos que os acolhem, bem como as necessidades dos professores que os atendem globalmente. Todos esses requisitos devem ser atendidos de forma programada,

com a maior eficiência e eficácia possível, pois só assim será garantida uma educação equitativa e de qualidade aos alunos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Plano Decenal de Educação para Todos. Brasília**: MEC, - 1993. 136 p., versão acrescida.

BRASIL. Constituição da República. 1988.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente/ECA**, Lei nº. 8.069, de 13 de julho de 1990.

BRASIL. **Declaração de Salamanca** - Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. 1994. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf Acesso em: 10 mai. 2024.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** (LDB) – Brasília – DF – 1996.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Secretaria de Educação Especial. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: adaptações curriculares. Brasília, 1998.

BRASIL. Resolução CNE/CEB n. 2. **Institui diretrizes nacionais para a educação especial da educação básica**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, 14 set. 2001.

BRASIL. Organização Mundial da Saúde – OMS. **Classificação de Transtornos Mentais e de Comportamento da CID-10**: descrições clínicas e diretrizes diagnósticas. Coord. Organização Mundial da Saúde. Décima Revisão. Porto Alegre: Artes Médicas. 2008.

COLOMBANI, Fabiola; MARTINS, Raul Aragão; SHIMIZU, Alessandra de Morais. **Transtorno de déficit de atenção e hiperatividade**: a medicalização e a coação no desenvolvimento moral. Estudos sobre educação p. 193-2010, Presidente Prudente-SP 2014. Disponível em: file:///C:/Users/Cliente/Downloads/2724-Texto%20do%20Artigo-8497-8857- 10-20140731.pdf Acesso em: 14 jun. 2024.

CUNHA, Eugênio. **Autismo e inclusão**: psicopedagogia e práticas educativas na escola e na família. 4. ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2012.

CUNHA, Eugênio. **Práticas pedagógicas para a inclusão e diversidade**. 7º ed. Rio de Janeiro: Wak, 2018. CUNHA, E. **Autismo na Escola: um jeito diferente de aprender, um jeito diferente de ensinar.** Rio de Janeiro: Wak Editora, 2013.

CUNHA, E. **Autismo e inclusão**: psicopedagogia práticas educativas na escola e na família. 5ª ed. RJ: Wak Ed., 2014.

CUNHA, Eugênio. **Autismo na escola**: um jeito diferente de aprender, um jeito diferente de ensinar – ideias e práticas pedagógicas. 4 ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2016.

CUNHA, Eugênio. **Autismo e Inclusão: psicopedagogia práticas educativas na escola e na família.** 7ª ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2017.

CUNHA, Eugênio. **Práticas pedagógicas para a inclusão e diversidade**. 7º ed. Rio de Janeiro: Wak, 2018. CUNHA, E. Autismo na Escola: um jeito diferente de aprender, um jeito diferente de ensinar. Rio de Janeiro: Wak Editora. 2018.

DAMBROS, A. R. T. **Inclusão de alunos com transtorno do espectro autista: Um estudo em contexto de escolarização no estado de São Paulo**. Tese (Pós-Graduação em Educação), Universidade Estadual de Maringá, 2018.
ESTEBAN, M. T. 2008. **Diferença, aprendizagens e avaliação**: perspectiva pós-colonial e escolarização. In: _____; AFONSO, A. J. (Org.). Olhares e Interfaces: reflexões críticas sobre a avaliação. São Paulo: Cortez Editora, 2010.

ESTRELLA, Marlene da Silva Thomaz. **Neurociências e seus vínculos com ensino, aprendizagem e formação docente**: percepções de professores e licenciandos da área de ciências da natureza. 2018. Disponível em: https://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/8162. Acesso em: 05 jun. 2024.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.
MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa:** planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

PIAGET, J. VYGOTSKY, WALLON. **Teoria psicogênica em discussão.** Yves de La Taille; Marta Kohl de Oliveira; Heloysa Dantas. São Paulo: Summus, 1992.

PIAGET Jean. **Para Onde Vai a Educação?** Rio de Janeiro: José Olympo , 9ª edição, 1998.

PINHEIRO, Rosimar Malhão; MIGUEL, Joelson Rodrigues. **A Importância da Interação nas Práticas Pedagógicas Inclusivas**. 2020. Disponível em: https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/download/7. Acesso em: 01 jun. 2024.

SOARES, Magda. **Alfaletrar**: toda criança pode aprender a ler e escrever. São Paulo. Contexto. 2020.